

# Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2019.



# Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis	11



# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

---

**Grant Thornton Auditores Independentes**

Rua Voluntários da Pátria, 89 | 5º andar | Botafogo  
Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3512.4100

Aos:  
Administradores e Conselheiros da  
**Rede nacional de ensino e pesquisa - RNP**  
Rio de Janeiro - RJ

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidade sem finalidade de lucros.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



## Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Conforme descrito na Nota explicativa nº. 1, a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP depende do recebimento de repasse de recursos do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC e outros ministérios para a manutenção de suas atividades e de seu equilíbrio econômico-financeiro, conseqüentemente esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na Nota explicativa nº. 1, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvidas quanto à capacidade de continuidade da Entidade. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto.

## Outros assuntos

### Auditoria dos valores correspondentes do exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente examinados por outro auditor independente que emitiu relatório datado de 1º. de fevereiro de 2019, sem ressalva e com o mesmo parágrafo sobre a incerteza de continuidade operacional da Entidade.

## Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidade sem finalidade de lucros, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive das eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2020.

  
Ana Cristina Linhares Areosa

CT CRC RJ-081.409/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes  
CRC 2SP-025.583/O-1 "S" – RJ

## Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP

Balço patrimonial  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Valores expressos em reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018		Nota	31/12/2019	31/12/2018
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	269.589.393	246.286.258	Fornecedores	12	15.074.440	11.463.519
Clientes a receber	5	5.716.084	1.568.245	Passivo de arrendamento	13	1.170.183	-
Garantias	6	905.938	226.246	Obrigações fiscais	14	1.982.510	1.656.515
Adiantamentos a terceiros	-	308.485	600.781	Obrigações sociais	-	1.655.934	1.766.964
Créditos de funcionários	-	626.825	166.982	Obrigações trabalhistas	15	8.967.619	11.041.201
Despesas pagas antecipadamente	7	1.758.531	2.577.354	Obrigações em circulação	16	237.841.049	186.113.427
Impostos e contribuições a recuperar	-	-	6	Outras contas a pagar	-	-	44.110
<b>Total do Circulante</b>		<b>278.905.256</b>	<b>251.425.872</b>	<b>Total do Circulante</b>		<b>266.691.735</b>	<b>212.085.736</b>
Não Circulante				Não Circulante			
Despesas pagas antecipadamente	7	723.151	2.124.607	Provisão para riscos judiciais	17	21.552.843	24.619.521
Depósitos judiciais	8	3.048.291	2.757.092	Passivo de arrendamento	13	1.125.990	-
Garantias	6	102.000	487.823	<b>Total do Não Circulante</b>		<b>22.678.833</b>	<b>24.619.521</b>
Direito de uso de arrendamento	9	2.237.983	-	Patrimônio Líquido	18		
Imobilizado	10	45.301.453	23.113.873	Patrimônio Social		50.102.677	49.719.850
Intangível	11	13.991.788	6.898.667	Superávit acumulado		4.836.677	382.827
<b>Total do Não Circulante</b>		<b>65.404.666</b>	<b>35.382.062</b>	<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>54.939.354</b>	<b>50.102.677</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>344.309.922</b>	<b>286.807.934</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>344.309.922</b>	<b>286.807.934</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP

Demonstrações do resultado dos  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Valores expressos em reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Receitas com restrição			
Receita do contrato de gestão	<b>16</b>	217.835.525	247.525.965
Receita de convênios	<b>19</b>	24.758.567	21.694.868
Receitas sem restrição			
Receitas de prestação de serviços	<b>20</b>	29.233.913	13.367.732
Receita		<b>271.828.005</b>	<b>282.588.565</b>
(Despesas) / receitas operacionais			
Despesas com pessoal	<b>21</b>	(68.260.317)	(64.547.091)
Provisão de férias e 13º salário	-	(4.021.365)	(4.190.280)
Reversão (provisão) para riscos judiciais	<b>17</b>	102.907	(307.982)
Despesas gerais e administrativas	<b>22</b>	(181.712.159)	(195.953.454)
Despesas tributárias	<b>23</b>	(5.555.932)	(3.180.568)
Depreciação e amortização	<b>10 e 11</b>	(16.197.873)	(17.614.094)
Outras receitas (despesas) operacionais	<b>24</b>	4.616.753	(3.628.151)
		<b>(271.027.986)</b>	<b>(289.421.620)</b>
Despesas financeiras		(2.216.750)	(1.947.705)
Receitas financeiras		6.253.408	9.163.587
Resultado financeiro líquido	<b>25</b>	<b>4.036.658</b>	<b>7.215.882</b>
Total das despesas/receitas operacionais		<b>(266.991.328)</b>	<b>(282.205.738)</b>
Superávit do exercício		<b>4.836.677</b>	<b>382.827</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Valores expressos em reais)

	<b>Patrimônio Social</b>	<b>Superávit Acumulado</b>	<b>Total</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>29.442.040</b>	<b>20.274.810</b>	<b>49.716.850</b>
Doação	2.999	-	2.999
Incorporação de superávit	20.274.810	(20.274.810)	-
Superávit do exercício	-	382.827	382.827
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>49.719.850</b>	<b>382.827</b>	<b>50.102.677</b>
Incorporação de superávit	382.827	(382.827)	-
Superávit do exercício	-	4.836.677	4.836.677
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>50.102.677</b>	<b>4.836.677</b>	<b>54.939.354</b>



## Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP

Demonstrações do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Valores expressos em reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Superávit do exercício	4.836.677	382.827
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b><u>4.836.677</u></b>	<b><u>382.827</u></b>

## Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP

Demonstrações dos fluxos de caixa  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Valores expressos em reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	4.836.677	382.827
Depreciação e amortização	12.900.129	15.626.911
Baixa de ativo imobilizado e intangível	101.839	3.189.860
Amortização de despesa antecipada	1.986.157	1.986.157
Juros incorridos sobre arrendamentos	180.915	-
Amortização do direito de uso dos arrendamentos	1.311.587	-
Baixa de outras contas a pagar	(44.110)	-
Reversão/constituição da provisão para riscos judiciais	(102.907)	307.982
Reversão/constituição da provisão para perda no ativo imobilizado/Intangível	(4.518.449)	507.148
Reversão da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	(60.000)	(80.047)
	<b>16.591.838</b>	<b>21.920.838</b>
Aumento (redução) nos ativos operacionais		
Variação em clientes a receber	(4.087.839)	(600.414)
Variação em depósitos em garantia (curto e longo prazo)	(293.869)	(479.777)
Variação em adiantamentos a terceiros	292.296	1.969.054
Variação em crédito de funcionários	(459.843)	39.443
Variação em despesas pagas antecipadamente (curto e longo prazo)	234.121	295.459
Variação em tributos e contribuições a recuperar	6	-
Variação em depósitos judiciais	(291.199)	(486.781)
	<b>(4.606.327)</b>	<b>736.984</b>
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Variação em fornecedores	3.610.923	(2.115.874)
Variação em obrigações fiscais	325.995	518.999
Variação em obrigações sociais	(111.030)	514.043
Variação em provisões trabalhistas	(2.073.582)	3.144.345
Variação em obrigações em circulação	51.727.622	(14.871.048)
Variação em contas a pagar	-	(52)
Variação em provisão para riscos judiciais	(2.963.770)	(136.781)
	<b>50.516.158</b>	<b>(12.946.368)</b>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<b>62.501.669</b>	<b>9.711.455</b>
Fluxo de Caixa das Atividades de investimento		
Variação em direito de uso sobre arrendamentos	(3.549.570)	-
Adições de imobilizado e intangível	(37.764.224)	(18.860.699)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos	<b>(41.313.794)</b>	<b>(18.860.699)</b>
Fluxo de Caixa das Atividades de financiamento		
Integralização de Patrimônio Social	-	2.999
Variação em passivo de arrendamento	2.115.259	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	<b>2.115.259</b>	<b>2.999</b>
Aumento (redução) líquido do caixa e equivalente de caixa	<b>23.303.135</b>	<b>(9.146.246)</b>
Caixa e equivalente de caixa no início exercício	<b>246.286.258</b>	<b>255.432.504</b>
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	<b>269.589.393</b>	<b>246.286.258</b>
Aumento (redução) líquido do caixa e equivalentes de caixa	<b>23.303.135</b>	<b>(9.146.246)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em reais)

## 1. Informações sobre a entidade

A Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP (Associação e/ou Entidade), localizada na Rua Lauro Muller 116, sala 1.103, Botafogo - Rio de Janeiro – RJ, foi qualificada como Organização Social por meio do Decreto nº 4.077, de 9 de janeiro de 2002. Tem como finalidade o desenvolvimento tecnológico da área de redes e suas aplicações, com o foco orientado para o suporte às atividades de ensino, notadamente, na educação superior e na pesquisa. Para isso, se constitui como a infraestrutura de rede de comunicação e computação para suporte à pesquisa brasileira, uma vez que propicia a integração de todo o sistema de pesquisa e ensino superior por meio de uma rede de alta capacidade, rica de serviços e aplicações. Por meio dessa rede nacional, ou *backbone*, chamada Rede Ipê, também são realizadas pesquisas para o desenvolvimento e teste de novas tecnologias de informação e comunicação (TIC). Essas tecnologias constituem a base da nova sociedade do conhecimento, onde seu domínio e uso são essenciais para o desenvolvimento do país. Nesse sentido, a própria rede se constitui como um laboratório nacional no qual os experimentos de TIC são utilizados, permitindo que seus resultados possam beneficiar mais rapidamente os clientes.

As atividades desenvolvidas pela RNP estão atreladas a metas e prazos descritos no Contrato de Gestão, firmado entre o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e a RNP, assinado originalmente em 26 de março de 2002 com vigência inicial de 5 anos. O mesmo foi renovado em 16 de janeiro de 2007, com prazo de vigência de 4 anos e, por fim, foi estabelecido novo contrato com início em 22 de dezembro de 2010 e vigência inicial de 6 anos adicionais.

Em 5 de fevereiro de 2016, a Secretaria Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) encaminhou, para todas as Organizações Sociais vinculadas, as orientações acerca do processo de renovação dos Contratos de Gestão. Para as Organizações Sociais com contratos vigentes, como a RNP, o processo engloba as seguintes etapas: elaboração do plano de fomento de consulta pública para obtenção de contribuições da sociedade, além da negociação e assinatura do contrato.

A proposta de plano de fomento para o novo ciclo do Contrato de Gestão 2018-2022 foi elaborada em 2017, contendo: Plano de Ação Plurianual, Quadro de Indicadores e Metas com memória de cálculo, sistemática de avaliação, orçamento estimativo e cronograma de desembolso. O Contrato de Gestão foi prorrogado até o ano de 2020 em cláusula incluída no 22º Termo aditivo assinado em dezembro de 2019.

A RNP depende do recebimento de repasse de recursos do MCTIC para manutenção de suas atividades e de seu equilíbrio econômico-financeiro. Em virtude da natureza das operações da Organização, da vigência do Contrato de Gestão e da conformidade com os termos deste novo contrato, a Administração da RNP entende que os recursos previstos e necessários serão disponibilizados à Organização na forma esperada.

## 2. Base de preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da RNP são de responsabilidade de sua Administração e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos - Resolução CFC 1.409/12 (ITG 2002 - Entidade sem finalidade de lucros). Naqueles aspectos não abordados por esta ITG, foram aplicadas as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis completos.

# Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em reais)

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base em diversas formas de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, também com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

Não existem transações de gratuidade concedidas e serviços voluntários obtidos nas operações realizadas pela Entidade nos exercícios apresentados.

As demonstrações contábeis da RNP para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram autorizadas para emissão por sua Diretoria Executiva em 7 de fevereiro de 2020.

## 3. Práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### 3.1 Interpretações e adoções de novas normas

Adoção inicial do CPC 06 R2 – Leasing

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos nas demonstrações contábeis de arrendatários. Como resultado, a Entidade, como arrendatária, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento.

A Entidade classificava anteriormente arrendamentos operacionais ou financeiros com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia ou não substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. De acordo com o CPC 06 (R2), a Entidade reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial.

Ainda, a nova norma prevê que o arrendatário deve aplicar este pronunciamento a seus arrendamentos de duas formas:

- 1) Retrospectivamente, a cada período anterior, apresentado de acordo com CPC 23 (Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro) ou;
- 2) Retrospectivamente, com efeito cumulativo da aplicação inicial deste pronunciamento, reconhecido na data da aplicação inicial.

A Entidade decidiu adotar o CPC 06 (R2) de forma retrospectiva, com efeito cumulativo da aplicação inicial reconhecido na data da aplicação inicial, ou seja, 1º de janeiro de 2019. A Entidade optou por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento de curto prazo ou cujo ativo objeto do arrendamento seja de baixo valor.

A RNP possui contratos de arrendamentos operacionais nos quais atua como arrendatária referentes à imóveis. A Entidade concluiu o estudo dos impactos dessa nova norma nas demonstrações contábeis, que incluiu: (i) uma estimativa do prazo de arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato, quando o exercício depende apenas da arrendatária e esse exercício é

## Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em reais)

razoavelmente certo; (ii) revisão detalhada da natureza dos diversos contratos de arrendamento inerentes às suas operações; (iii) utilização de determinadas premissas para calcular a taxa de desconto adequada aos contratos; dentre outras.

A adoção acarretou um aumento inicial de R\$ 3.549.570 no total de ativos e passivos, em decorrência do reconhecimento do direito de uso sobre o total arrendado e do passivo de arrendamento mercantil, respectivamente, conforme demonstrado nas notas explicativas 9 e 13.

O aumento do passivo de arrendamento devido ao reconhecimento do direito de uso dos ativos resulta em um aumento na dívida líquida da Entidade, sendo a depreciação e os juros reconhecidos na demonstração do resultado como uma substituição das despesas de arrendamento operacional ("aluguel").

A tabela abaixo apresenta os principais efeitos da adoção da norma CPC06 (R2), nos saldos de abertura em 1º. de janeiro de 2019.

	Adições	Depreciação	Juros	Pagamentos	Dez/2019
Direito de uso arrendamento– custo	3.549.570	-	-	-	3.549.570
Direito de uso arrendamento– depreciação acumulada	-	(1.311.587)	-	-	(1.311.587)
Passivo de arrendamento – CP + LP	(3.898.368)	-	-	1.434.311	(2.464.057)
Juros a apropriar – CP + LP	348.798	-	(180.914)	-	167.884
Depreciação de direito de uso	-	1.311.587	-	-	1.311.587
Despesa de juros s/ arrendamento	-	-	180.914	-	180.914
Saída de caixa	-	-	-	(1.434.311)	(1.434.311)
	-	-	-	-	-

Contas contábeis	Ativo de Dir. de uso	Passivo de arrendamento (CP+LP)	Juros s/ passivo de arrendamento (Resultado)	Despesa com depreciação	Saída de caixa	Soma
Saldo final em 31.12.2019	2.237.983	(2.296.173)	180.914	1.311.587	(1.434.311)	-

### 3.2 Políticas contábeis

#### a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem: caixa, saldos em caixa ou em conta movimento com risco insignificante de mudança de valor.

#### b) Apuração do superávit

O superávit é apurado pelo regime de competência para os recursos recebidos via Contrato de Gestão e convênios FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos). Para os demais convênios e contratos, a contabilização ocorre pelo regime de caixa.

A receita apropriada pelo regime de competência é reconhecida na extensão em que são incorridas as despesas relacionadas aos projetos executados com recursos do Contrato de Gestão ou financiados pela FINEP. As receitas advindas de outros convênios, contratos e prestação de serviços, geridas pela RNP, são contabilizadas no momento do seu recebimento. Com isso, os resultados apurados na Demonstração de resultado do exercício se referem ao resultado desta última execução.

## Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em reais)

### c) Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa - PECLD

O CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros - substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Para o contábil a receber, a Entidade adotou uma abordagem simplificada e realizou o cálculo da perda esperada tomando como base a expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida do instrumento financeiro, conjugada com a experiência operacional e a conjuntura econômica.

### d) Imobilizado

Está registrado ao custo, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear às taxas anuais mencionadas na nota explicativa 10, que levam em consideração a vida útil-econômica desses bens. A Administração da RNP não identificou indícios de desvalorização do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

Um item de imobilizado é baixado quando doado ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado em relação ao seu uso ou à sua venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração de superávit/déficit no período em que o ativo for baixado.

A provisão para perda do ativo imobilizado é constituída após a realização do inventário físico anual. Com base no status de cada um dos bens, a administração constitui a provisão.

Os status passíveis de provisão são: não informado, não localizado, irrecuperável, obsoleto para o projeto, recuperável e em branco.

### e) Intangível

Ativos intangíveis refletem os custos de aquisição deduzidos da amortização acumulada e das perdas para redução do valor recuperável, quando aplicável.

O critério para provisão para perda é similar ao aplicado ao ativo imobilizado mencionado na nota explicativa acima.

### f) Provisões

#### *Geral*

Provisões são reconhecidas quando a RNP tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, sendo provável que seja requerida uma estimativa confiável do valor da obrigação para que a mesma possa ser liquidada. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração de déficits ou superávits, líquida de qualquer reembolso.

#### *Provisões para riscos cíveis e trabalhistas*

A RNP é parte em diversos processos judiciais e administrativos; portanto, provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e quando uma estimativa razoável possa ser feita.

## Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em reais)

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências aplicáveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazos de prescrição aplicáveis, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### g) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

O processo de elaboração das demonstrações contábeis, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicadas a entidades sem fins lucrativos, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores de receitas, despesas, ativos e passivos reportados nas demonstrações contábeis e nas suas notas explicativas.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil econômica e o valor residual do imobilizado e do intangível, assim como da provisão para contingências. O uso de estimativas e julgamentos é complexo e considera diversas premissas e projeções futuras e, por isso, a liquidação das transações pode resultar em valores diferentes das estimativas. A RNP revisa suas estimativas e premissas anualmente.

### h) Instrumentos financeiros

#### *Ativo financeiro*

A Entidade reconhece um ativo financeiro no seu balanço patrimonial, quando, e apenas quando, a entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber.

#### *Redução do valor recuperável de ativos financeiros*

A Entidade avalia na data das demonstrações contábeis se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

#### *Passivos financeiros*

Passivos financeiros são classificados a valor justo por meio do resultado ou como empréstimos e financiamentos, conforme o caso. A Entidade determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e incluem contas a pagar a fornecedores.

## Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em reais)

### *Instrumentos derivativos*

A Entidade não possui em 31 de dezembro de 2019 e 2018 nenhum instrumento derivativo de qualquer natureza em aberto. A Entidade não realizou nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 nenhuma transação com instrumento financeiro derivativo de qualquer natureza.

#### i) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seu benefício econômico futuro seja gerado em favor da RNP e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

#### j) Tributação

A RNP é uma associação civil sem fins lucrativos constituída nos termos da Lei 9.637/98 e tem suas atividades voltadas para o desenvolvimento tecnológico e de pesquisa, motivo pelo qual lhe é conferida a isenção tributária.

Caso a RNP não gozasse de isenção tributária, a tributação sobre o lucro compreenderia o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda seria computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excedessem R\$ 240.000 no período de 12 meses, e a contribuição social seria computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. As inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, gerariam créditos ou débitos tributários diferidos.

A Entidade não tributa PIS e COFINS sobre a receita de subvenção governamental recebida, pois os recursos que são repassados para atender as obrigações do Contrato de Gestão têm natureza de repasse de recursos públicos destinados à realização de atividades e projetos, restando afastada a incidência de impostos ou contribuições, por não caracterizarem contraprestação de serviços.

Para as receitas de prestação de serviços os seguintes impostos e contribuições incidem pelas seguintes alíquotas básicas:

Imposto sobre Serviços – ISS	5,00%
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	7,60%



## Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em reais)

### 4. Caixa e equivalente de caixa

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Banco conta movimento – Contrato de Gestão	1	1.033.657
Banco conta movimento – Associação	25.164	9.702
	<b>25.165</b>	<b>1.043.359</b>
Aplicações financeiras – Contrato de Gestão	195.443.968	179.185.584
Aplicações financeiras – Associação	74.120.260	66.057.315
	<b>269.564.228</b>	<b>245.242.899</b>
	<b><u>269.589.393</u></b>	<b><u>246.286.258</u></b>

As aplicações financeiras estão representadas por títulos de renda fixa em instituições de primeira linha e indexadas à variação do CDI – Certificados de Depósitos Interbancários, com vencimento no curto prazo. Em 2019 as aplicações apresentaram rentabilidade média de 2,2% a 5% a.a.

### 5. Contas a receber

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Clientes	630.967	860.916
Duplicatas a receber	264.446	767.329
Provisão de serviços prestados e não faturados	4.820.671	-
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa – PECLD	-	(60.000)
	<b>5.716.084</b>	<b>1.568.245</b>

A subconta de “Clientes” refere-se às emissões de notas fiscais eletrônicas de prestação de serviços e a conta “Duplicatas a receber” refere-se às faturas emitidas de receitas provenientes de cooperação técnica, convênios e patrocínios. A provisão de serviços a faturar foi constituída somente para os clientes que a entidade possuía o aceite.

A composição das contas a receber de clientes por idade de vencimento é como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
A vencer	5.215.057	1.177.160
Vencidas há 30 dias	99.348	337.363
Vencidas de 31 a 60 dias	-	47.577
Vencidas de 61 a 180 dias	401.679	6.145
Vencidas há mais de 180 dias	-	60.000
	<b>5.716.084</b>	<b>1.628.245</b>

A movimentação da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	(60.000)
(-) Reversão de provisão por recebimento	60.000
(-) Baixa por perda de recebível	-
(+) Constituição de provisão	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b><u>-</u></b>

## Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em reais)

### 6. Depósito em garantia (circulante e não circulante)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Aluguel	102.000	102.000
INMETRO	82.687	45.153
CPRM	79.093	79.093
Exército	10.145	10.145
CAPES	734.013	477.678
<b>Total de garantias</b>	<b><u>1.007.938</u></b>	<b><u>714.069</u></b>
Circulante	905.938	226.246
Não circulante	102.000	487.823

A RNP possui contratos firmados com clientes e fornecedores (contrato de locação) que exigem obrigações, através da constituição de uma garantia bancária.

### 7. Despesas pagas antecipadamente (circulante e não circulante)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Prêmios de seguros	334.997	326.255
Adiantamento a fornecedores (a)	1.423.534	2.251.099
	<b><u>1.758.531</u></b>	<b><u>2.577.354</u></b>
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Adiantamentos diversos	723.151	966.014
Adiantamento a fornecedores (a)	-	1.158.593
	<b><u>723.151</u></b>	<b><u>2.124.607</u></b>

(a) Em julho de 2010, a RNP celebrou junto a Concessionária de serviços de telecomunicações do Brasil (Oi) um convênio para desenvolvimento de tecnologias em aplicação de rede. Nos termos deste convênio, a RNP pagou a esta operadora o montante de R\$ 19.861.571 e, em contrapartida, recebeu o direito de uso de capacidade e infraestrutura a ser provido pela mesma nos pontos de presença da RNP pelos próximos 10 anos.

Por se tratar de um direito da RNP, a mesma fará a apropriação ao resultado à medida que as capacidades e a estrutura venham sendo utilizadas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a despesa de amortização apropriada ao resultado foi de R\$ 1.986.157 (R\$ 1.986.157 em 2018).

### 8. Depósitos judiciais

	<u>Quantidade</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Processo RFB (a)	1	498.765	498.765
Processo RFB – PIS/COFINS (b)	1	2.549.526	2.258.327
		<b><u>3.048.291</u></b>	<b><u>2.757.092</u></b>

(a) Refere-se a uma ação ordinária visando a obtenção de provimento judicial para reconhecer a improcedência da cobrança de IRPJ pretendida pela Fazenda Nacional.

## Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em reais)

- (b) A partir de 01 de julho de 2015, as alíquotas do PIS e COFINS sobre receitas financeiras, inclusive as decorrentes de operações realizadas para fins de *hedge*, auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições, passaram a ser de 0,65% e 4%, respectivamente. A RNP está recolhendo judicialmente o valor correspondente ao pagamento da COFINS, pois entende que essa cobrança é indevida, dado que a origem do valor aplicado é isenta de tributação, logo, seus rendimentos também deveriam ser.

Ambas as causas de acordo com os advogados da Entidade, têm possibilidade de sucesso e são classificadas como possível, conforme demonstrado na nota explicativa 14.

### 9. Direito de uso de arrendamento

Os arrendamentos nos quais a Entidade, como arrendatária, detém substancialmente os riscos e benefícios da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento, pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e o valor presente dos pagamentos previstos em contrato.

Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício, como despesa financeira durante o período de vigência contratual.

A taxa de desconto utilizada no cálculo dos contratos foi a SELIC de 7,55% a.a.

A RNP possui contratos de aluguel das salas comerciais, espaço físicos para armazenagem e de equipamentos.

A seguir, apresentamos a movimentação dos arrendamentos após a adoção do CPC 06 (R2) – Arrendamentos:

Adoção inicial em 01 de janeiro de 2019	3.549.570
(-) Depreciação do ativo de direito de uso	(1.311.587)
	<b>2.237.983</b>

### 10. Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	Residual Dez/18	Custo		Depreciação		Residual Dez/19
			Aquisições	Baixas	Adições	Baixas	
Equipamentos de computação	20%	21.152.846	27.435.069	(3.990.137)	(11.035.342)	3.729.315	33.627.895
Máquinas e equipamentos	10%	7.410.911	570.059	(71.902)	(1.148.577)	65.459	10.489.805
Móveis e utensílios	10%	2.887.263	383.274	(1.690.072)	(483.761)	1.669.266	2.765.969
Benfeitorias em propriedade de terceiros	10%	7.371	-	-	-	-	7.371
Cabos de fibra ótica	5%	-	2.327.357	-	(55.307)	-	2.272.050
Provisão para perda no ativo		(8.344.518)	(851.262)	5.334.143	-	-	(3.861.638)
		<b>23.113.873</b>	<b>29.864.497</b>	<b>(417.968)</b>	<b>(12.722.989)</b>	<b>5.464.040</b>	<b>45.301.453</b>

## Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em reais)

	Taxas anuais de depreciação	Residual Dez/17	Custo			Depreciação		Residual Dez/18
			Aquisições	Baixas	Transf.	Adições	Baixas	
Equipamentos de computação	20%	25.547.532	8.246.467	(7.528.175)	11.653	(12.580.568)	7.455.938	21.152.846
Máquinas e equipamentos	10%	8.083.694	702.848	(187.388)	-	(1.323.922)	135.678	7.410.911
Móveis e utensílios	10%	2.786.757	806.034	(124.468)	900	(685.775)	103.815	2.887.263
Benfeitorias em propriedade de terceiros	10%	46.210	-	-	-	(38.838)	-	7.371
Provisão perda no ativo		(7.572.469)	(772.049)	-	-	-	-	(8.344.518)
		<b>28.891.724</b>	<b>8.983.300</b>	<b>(7.840.031)</b>	<b>12.553</b>	<b>(14.629.103)</b>	<b>7.695.431</b>	<b>23.113.873</b>

Após a realização do inventário anual, foram identificados itens do ativo imobilizado cuja classificação ensejam a necessidade de provisão, para que o saldo líquido do imobilizado apresente adequadamente o total dos recursos cujos benefícios econômicos fluem para a entidade. Portanto, foi calculada uma provisão com base no status dos bens descritos abaixo:

Classificação do bem	Valor residual	
	31/12/2019	31/12/2018
Não informado	3.556.314	5.578.805
Não localizado	186.855	68.105
Irrecuperável	40.750	268.639
Obsoleto para o projeto	37.041	230.908
Recuperável	33.246	38.686
Em branco	7.432	7.372
Fora de uso temporário	-	2.152.003
<b>Total Geral</b>	<b>3.861.638</b>	<b>8.344.518</b>

No quadro abaixo demonstramos a movimentação da provisão para perda do imobilizado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

<b>Saldo em 01 de janeiro de 2019</b>	<b>(8.344.518)</b>
(-) Bens baixados no exercício	260.085
(-) Bens que deixaram de compor a provisão	5.074.057
(+) Bens que ingressaram na provisão no exercício	(851.262)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>(3.861.638)</b>

## Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em reais)

A depreciação do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 12.722.989 (R\$ 14.629.103 em 2018) e está registrada no resultado do exercício. Não há bens do ativo imobilizado dados em garantia a terceiros e não houve alteração no tempo de vida útil econômica dos ativos. No quadro a seguir demonstramos a conciliação da despesa com depreciação e amortização no exercício de 2019:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Amortização contrato Oi ( <i>nota explicativa 7</i> )	1.986.157	1.986.157
Depreciação do direito de uso de arrendamento ( <i>nota explicativa 9</i> )	1.311.587	-
Amortização do intangível ( <i>nota explicativa 11</i> )	177.141	997.808
Depreciação do imobilizado	12.722.989	14.629.103
	<b><u>16.197.873</u></b>	<b><u>17.613.068</u></b>

### 11. Intangível

	Taxas anuais de amortização	Residual Dez/18	Custo		Amortização			Residual Dez/19
			Aquisições	Baixas	Amortização	Baixas	Ajustes	
Sistema aplicativo software	20%	330.313	156.690	(10.886)	(177.141)	8.997	188.100	496.093
Direito cessão de uso em desenvolvimento (a)	4%	6.652.914	6.891.775	-	-	-	-	13.544.689
Provisão perda no ativo		(84.560)	(8.542)	44.109	-	-	-	(48.993)
		<b><u>6.898.667</u></b>	<b><u>7.039.923</u></b>	<b><u>33.243</u></b>	<b><u>177.141</u></b>	<b><u>8.997</u></b>	<b><u>188.100</u></b>	<b><u>13.991.788</u></b>

	Taxas anuais de amortização	Residual Dez/17	Custo		Amortização			Residual Dez/18
			Aquisições	Baixas	Transf.	Amortização	Baixas	
Sistema aplicativo software	20%	1.933.498	2.452.436	(6.640.809)	(12.552)	(997.808)	3.595.548	<b>330.313</b>
Direito cessão de uso em desenvolvimento (a)	4%	-	6.652.914	264.901	-	-	-	<b>6.652.914</b>
Provisão perda no ativo		(349.461)	-	-	-	-	-	<b>(84.560)</b>
		<b><u>1.584.037</u></b>	<b><u>9.105.350</u></b>	<b><u>(6.375.908)</u></b>	<b><u>(12.552)</u></b>	<b><u>(997.808)</u></b>	<b><u>3.595.548</u></b>	<b><u>6.898.667</u></b>

A amortização do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 177.141 (R\$ 997.808 em 2018) e está registrada no resultado do exercício. Também não houve alteração no tempo de vida útil econômica dos ativos.

As baixas classificadas como "outras" são referentes aos softwares com prazo de licença anual vencidos.

Após a realização do inventário anual, foram identificados itens do ativo intangível cuja classificação ensejam a necessidade de provisão, para que o saldo líquido do intangível apresente adequadamente o total dos recursos cujos benefícios econômicos fluem para a entidade. Portanto, foi calculada uma provisão com base no status dos bens do intangível descritos abaixo:

## Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em reais)

Classificação do bem	Valor residual	
	31/12/2019	31/12/2018
Não informado	48.993	76.981
Licença de uso expirada	-	2.059
Fora de uso temporário	-	5.520
<b>Total geral</b>	<b>48.993</b>	<b>84.560</b>

No quadro abaixo demonstramos a movimentação da provisão para perda do intangível durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

<b>Saldo em 01 de janeiro de 2019</b>	<b>(84.560)</b>
(-) Bens baixados no exercício	2.059
(-) Bens que deixaram de compor a provisão	42.050
(+) Bens que ingressaram na provisão no exercício	(8.542)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>(48.993)</b>

- (a) BELLA, *Build Europe Link with Latin America*, é um projeto que tem o objetivo de atender as demandas de interconexão de longo prazo das comunidades de pesquisa e educação europeias e latino-americanas, por interesse do Governo Brasileiro e delegação expressa do MCTIC através do Ofício MCTI nº 169 de 13/04/2016. Esse projeto garante a cessão do direito de uso de longo prazo sobre espectro em um cabo submarino direto entre as duas regiões, assim como a implementação de uma rede de pesquisa e educação com 100Gbps de capacidade em toda a América Latina.

O sistema de comunicação submarino foi licitado e contratado por CLARA e GÉANT, em nome da RNP e demais redes de pesquisa e educação nacionais participantes do “*consortium agreement BELLA*”, formado pelas redes (RNIE ou NREN) do Brasil, Chile, Colômbia, Equador, França, Alemanha, Itália, Portugal e Espanha.

O financiamento do projeto BELLA está a cargo da União Europeia, por meio do programa Horizonte 2020, em virtude dos acordos de subvenção com referências 731505-DG-CNECT (BELLA-S1), DG-DEVCO, LA/2016/376-534 (BELLA-T) e DG-GROWTH. Esse projeto recebe financiamento em espécie de CEDIA (Equador), REUNA (Chile), RENATA (Colômbia) e RNP (Brasil). Juntas, as redes contribuem com 30% do custo de acesso ao cabo transatlântico da empresa ELLALINK, além de contribuírem significativamente para o *upgrade* da rede regional de CLARA na América do Sul.

O contrato é de 25 anos com valor total de € 8.966 mil a serem pagos em parcelas no período de 2018 a 2022, refletindo em uma cessão de direito de uso de longo prazo, em desenvolvimento, e com amortização prevista para os últimos 23 anos do acordo, visto a data de referência para o início da implantação do cabo submarino Brasil-Europa pela empresa ELLALINK ser dezembro de 2018 e os benefícios econômicos passarem a ser utilizados a partir do prazo estimado de 24 meses de início dos aportes financeiros.

## Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em reais)

Para atender às contrapartidas brasileiras ao Projeto BELLA, contratado no 18º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão da RNP, a organização aportou o valor inicial de €1.493.359 em 31/12/2018 em uma conta-garantia (*escrow account*), sob responsabilidade dos advogados DLA Piper UK LLP, de forma a permitir a compilação total de recursos europeus e latino-americanos necessários ao início deste projeto.

No exercício de 2019 houve o aporte de R\$ 6.891.775 (equivalente a €1.493.359).

Para cobrir a liquidação da respectiva parcela, houve a inclusão no 22º Termo Aditivo do contrato de gestão com o MCTIC do montante de R\$ R\$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais) para assegurar a continuidade do fomento do Projeto BELLA.

### 12. Fornecedores

	2019	2018
Fornecedores telecomunicações (a)	5.132.646	8.281.899
Fornecedores não telecomunicações (b)	9.941.794	3.181.620
	<b>15.074.440</b>	<b>11.463.519</b>

- (a) No exercício de 2019 houve uma renegociação nos valores mensais de serviços de telecomunicações de alguns fornecedores. Além disso, algumas faturas de serviços prestados em dezembro foram liquidadas dentro do próprio mês, contribuindo assim para a redução do saldo em aberto na data base de 31 de dezembro de 2019.
- (b) A variação expressiva no saldo da conta de fornecedores não telecomunicações foi decorrente da contratação de diversos serviços, dentre os quais elencamos abaixo os mais relevantes no período:

Serviço	Valor em aberto dez/2019
Recursos de nuvem pública	150.000
Suporte e treinamento de solução de orquestração de container	672.224
Serviços especializados em tecnologia de informação, compreendendo suporte técnico de TI, manutenção e melhoria contínua de processos de gerenciamento de serviços de tecnologia para atender atividades de operação da RNP e suas unidades da Escola Superior de Redes (ESR)	259.968
Serviços para alocação de consultores especializados em Tecnologia da Informação para atender as demandas de sustentação (manutenção e operação) e desenvolvimento de sistemas web	1.451.542
Serviços especializados de computação em nuvem, em três fases, para hospedagem do ambiente de contingência dos sistemas críticos do MEC	413.409
Serviços de Service Desk (SD) e de Escritório Corporativo de Projetos (ECP), para atendimento das organizações usuárias e áreas internas de interesse da RNP	202.162
	<b>3.149.305</b>

## Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em reais)

### 13. Passivo de arrendamento (circulante e não circulante)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Principal – CP	1.275.282	-
Encargos financeiros a apropriar - CP	(105.099)	-
	<u><b>1.170.183</b></u>	<u>-</u>
Principal – LP	1.188.775	-
Encargos financeiros a apropriar - LP	(62.785)	-
	<u><b>1.125.990</b></u>	<u>-</u>
	<u><b>2.296.173</b></u>	<u><b>-</b></u>

A taxa de desconto utilizada no cálculo dos contratos foi a SELIC de 7,55% a.a, tendo em vista que ela reflete a taxa básica de juros de toda a economia norteando assim as demais taxas de juros.

Ademais, destaca-se que a RNP não possui histórico de captação de empréstimos junto às instituições financeiras. No quadro abaixo demonstramos a movimentação ocorrida no exercício de 2019.

	<u>2019</u>
Reconhecimento inicial	3.898.368
Juros a apropriar	(348.798)
Pagamento de arrendamento	(1.434.311)
Apropriação de juros ao resultado do período	180.914
	<u><b>2.296.173</b></u>

A seguir, apresentamos o cronograma dos valores a pagar dos arrendamentos, segregado por ano:

	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor presente</u>
2020	1.275.282	1.170.183
2021	714.775	669.506
2022	408.000	391.056
2023	66.000	65.428
	<u><b>2.464.057</b></u>	<u><b>2.296.173</b></u>



## Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em reais)

### 14. Obrigações fiscais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
ISS a recolher	105.648	131.942
IRRF a recolher	1.220.461	1.212.762
CSL/COFINS/PIS	225.493	234.267
COFINS sobre prestação de serviços	430.908	77.544
	<u><b>1.982.510</b></u>	<u><b>1.656.515</b></u>

O aumento expressivo no respectivo grupo de contas está relacionado ao aumento da receita com prestação de serviços no mês de dezembro, na qual há a incidência da COFINS.

### 15. Obrigações trabalhistas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Férias	4.496.358	4.268.492
INSS sobre férias	1.146.569	1.088.464
FGTS sobre férias	359.707	341.478
Prêmio de desempenho	2.935.284	5.342.767
Outros	29.701	-
	<u><b>8.967.619</b></u>	<u><b>11.041.201</b></u>

O Prêmio de Desempenho foi instituído com o objetivo de recompensar os empregados que tiveram participação no atingimento da meta institucional, prevista no Contrato de Gestão firmado entre a RNP e o Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC, para o fomento de tecnologias de informações e comunicações no meio acadêmico público federal.

Esse prêmio é pago por liberalidade e só é efetivado quando as metas são atingidas, conforme parecer da Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Contrato de Gestão (CAA), e existam recursos financeiros disponíveis para seu custeio. Não se constituindo em remuneração fixa para fins de incorporação aos salários.

### 16. Obrigações em circulação

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Contrato de Gestão - MCTIC	237.471.901	185.570.211
Finep – Cloumlab	369.148	543.216
	<u><b>237.841.049</b></u>	<u><b>186.113.427</b></u>

O Contrato de Gestão da RNP é o instrumento pelo qual o contratante, ou seja, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) faz os repasses de recursos para o atendimento ao plano de trabalho da RNP.

## Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em reais)

As entradas dos recursos do Contrato de Gestão, bem como os recursos dos convênios FINEP, são registradas na conta de Obrigações em Circulação, tendo em vista a verdadeira realização das receitas ocorrer no momento de realização dos projetos e não no momento de entrada no caixa da Organização. À medida em que os projetos correlatos são executados, as obrigações em circulação são baixadas e a respectiva receita é apropriada ao resultado do exercício.

Com base nos aditivos ao Contrato de Gestão já pactuados, a RNP recebeu em 2019 o valor total de R\$ 269.737.225, conforme a seguir:

	<u>2019</u>
19º Termo Aditivo do Contrato de Gestão	18.481.656
20º Termo Aditivo do Contrato de Gestão	5.075.211
21º Termo Aditivo do Contrato de Gestão	104.221.123
22º Termo Aditivo do Contrato de Gestão	50.738.605
23º Termo Aditivo do Contrato de Gestão	91.220.620
	<u><b>269.737.215</b></u>

Para o exercício de 2020 os recursos remanescentes previstos para repasse totalizam R\$ 98.336.358, conforme a seguir:

	<u>2019</u>
17º Termo Aditivo do Contrato de Gestão	2.241.998
19º Termo Aditivo do Contrato de Gestão	1.319.000
21º Termo Aditivo do Contrato de Gestão	43.000.000
22º Termo Aditivo do Contrato de Gestão	11.275.360
24º Termo Aditivo do Contrato de Gestão	21.400.000
25º Termo Aditivo do Contrato de Gestão	17.600.000
26º Termo Aditivo do Contrato de Gestão	1.500.000
	<u><b>98.336.358</b></u>

No demonstrativo a seguir apresentamos a movimentação da conta de obrigação em circulação:

<b>Saldo inicial em 01 de janeiro de 2019</b>	<b>186.113.427</b>
Ingresso de recursos do contrato de gestão	269.737.215
Despesas executadas no exercício - contrato de gestão	(217.835.525)
Despesas executadas no exercício - FINEP/CLOUDLAB	(175.696)
Outros - FINEP/CLOUDLAB	1.628
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2019</b>	<u><b>237.841.049</b></u>

### 17. Provisão para riscos judiciais

A RNP é parte em processos judiciais ou em riscos potenciais que, na avaliação dos consultores jurídicos, levando em consideração experiências com naturezas semelhantes, foram classificadas como de risco provável de perda.

## Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em reais)

A Administração entende que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomados em cada processo são suficientes para preservar o seu patrimônio, registrando o reconhecimento de provisões para perdas prováveis de processos judiciais em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, de acordo com os valores abaixo discriminados:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Trabalhistas (processos judiciais)	184.309	511.939
Cíveis	-	1.325.602
Trabalhistas (terceirização)	21.368.534	22.781.980
	<b><u>21.552.843</u></b>	<b><u>24.619.521</u></b>

A movimentação da provisão para riscos judiciais ocorreu conforme demonstrado no quadro abaixo:

<b>Saldo em 01 de janeiro de 2019</b>	<b>24.619.521</b>
(-) Reversão de provisão	(1.830.147)
(-) Pagamentos (¹)	(2.963.769)
(+) Constituição de provisão	1.727.239
	<b><u>21.552.843</u></b>

(¹) O montante pago está substancialmente relacionado à ação judicial impetrada pela empresa Global Crossing Comunicações do Brasil Ltda.

### Contingências classificadas como possíveis

Adicionalmente, a Entidade tem ações de naturezas tributária e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para os quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	<u>Quantidade</u>	<u>2019</u>	<u>Quantidade</u>	<u>2018</u>
Trabalhistas (a)	5	779.663	5	1.405.819
Tributárias (b)	2	3.364.508	-	-
	<b><u>7</u></b>	<b><u>4.144.171</u></b>	<b><u>5</u></b>	<b><u>1.405.819</u></b>

(a) As causas classificadas como de perda possível em 2018 tiveram seu prognóstico de perda alterado para remoto (4 causas) e uma causa para provável. Dessa forma, as causas divulgadas em 2019 são distintas das apresentadas em 2018. Além disso, houve a entrada de uma nova causa classificada como possível em novembro de 2019.

(b) As causas tributárias divulgadas em 2019 estão relacionadas aos valores mantidos em depósito judicial em razão da alteração do prognóstico de perda ter se materializado como possível. O montante de R\$ 2.549.526 se refere à COFINS recolhida mensalmente em juízo sobre as receitas financeiras incorridas. Já o montante de R\$ 814.982 está relacionado ao depósito judicial realizado na ordem de R\$ 498.765 da ação ordinária para reconhecer a improcedência de IRPJ pretendida pela Fazenda Nacional.

## Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em reais)

### 18. Patrimônio Líquido

(a) **Patrimônio Social**

O patrimônio social é constituído pelas dotações iniciais concedidas/cedidas pelos fundadores e adicionados pelo superávit ou déficit apurados em cada exercício social.

(b) **Superávits/Déficits acumulados**

O valor do superávit ou déficit é incorporado ao Patrimônio Social no exercício subsequente.

### 19. Receita de convênios

	2019	2018
MCTIC Projeto Chamada Coordenada BR-UE	-	12.000.000
Acordo de Cooperação MCTIC/RNP	18.240.762	5.403.160
INATEL	1.324.682	-
PNUMA	755.080	-
CPRM	739.516	553.649
Huawei	500.000	-
Microsoft	346.500	-
SERPRO	340.000	350.000
Instituto Federal de Educação de Brasília - IFB	233.884	272.113
Lauren Foundation	138.298	262.770
FNDE	138.973	138.973
CEBRASPE	107.946	119.548
Centro de Educação Superior de Brasília - CESB	107.946	107.946
KRYPTUS	105.460	145.627
Centro de Ensino Unificado de Brasília - CEUB	59.370	59.370
INMETRO	53.973	107.946
Fundação Universidade de Brasília - FUB	-	360.262
Binário Distribuidora de Equipamentos Eletrônicos	25.000	75.000
Outros	1.541.176	1.819.504
Receitas Canceladas	-	(81.000)
	<b>24.758.567</b>	<b>21.694.868</b>

A receita de convênios é a forma pela qual a RNP busca alavancar recursos adicionais que servem tanto para estender projetos em curso, quanto para atender aos conveniados em serviços de rede ou para complementar a infraestrutura própria destinada à integração de novas organizações e de novas comunidades. Com isso, propicia o aumento da base de clientes, diminuindo a vulnerabilidade da RNP em relação ao Contrato de Gestão como único e grande financiador.

## Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em reais)

### 20. Receita de prestação de serviço

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Recursos (a)	27.502.436	11.505.788
ESR-COORD NACIONAL	-	394.960
ESR-DF	-	375.568
ESR-RJ	-	222.552
ESR-BA	-	166.512
ESR-RS	-	93.688
Outras Receitas ESR	1.731.477	608.664
	<u><b>29.233.913</b></u>	<u><b>13.367.732</b></u>

(a) O aumento expressivo nessa conta deve-se ao fato da vigência de três contratos com a CAPES e um com o INMETRO. O objeto dos contratos são: prestação de serviço tecnológicos voltados ao Sistema Nacional de Pós-Graduação – SNPG, prestação de serviço de sustentação, evolução e suporte da estrutura tecnológica do portal dos periódicos e prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação para integração à Diretoria de Relações Internacionais –DRI, cujo montante total faturado em 2019 foi R\$ 26.031.132. E o contrato de prestação de serviços do INMETRO se refere ao provimento de serviços de conectividade para as instalações do INMETRO, consultoria e suporte técnico, cujo valor faturado foi de R\$ 842.061.

### 21. Despesas com pessoal

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Salários e ordenados	(34.215.883)	(30.547.630)
INSS	(11.997.278)	(10.642.075)
Autônomos	(6.278.594)	(5.773.441)
Assistência médica	(2.321.594)	(2.146.448)
FGTS	(4.052.964)	(3.026.611)
13º salário	(3.240.665)	(2.903.271)
Auxílio alimentação/refeição	(2.705.113)	(2.801.351)
Horas extras	(913.539)	(717.665)
Férias indenizadas	(754.767)	(161.476)
Auxílio creche	(519.449)	(443.700)
PIS s/ folha de pagamento	(421.648)	(370.823)
Outros	(847.117)	(699.599)
Prêmio de desempenho	8.294	(4.313.001)
	<u><b>(68.260.317)</b></u>	<u><b>(64.547.091)</b></u>

## Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em reais)

### 22. Despesas gerais e administrativas

	2019	2018
Conectividade nacional (a)	(70.207.106)	(81.012.962)
Convênio de cooperação acadêmica	(23.015.117)	(26.754.334)
Outras despesas	(8.256.428)	(11.186.766)
Consultoria de sistema de informação (b)	(21.442.496)	(15.773.254)
Serviço de terceirização de mão de obra (c)	(10.465.340)	(7.736.542)
Viagens	(6.946.606)	(6.760.398)
Renovação de licenças	(6.864.124)	(4.443.751)
Conectividade internacional (d)	(4.736.421)	(9.774.815)
Convênio de cooperação técnica (e)	(4.088.630)	(1.424.621)
Consultoria e ass. de informática e congêneres	(3.462.194)	(3.989.744)
Material de informática	(3.096.464)	(3.816.836)
Serviço de manutenção. de equipamentos	(2.687.657)	(3.464.270)
Utilidades e serviços	(2.354.399)	(2.070.489)
Serviço de suporte e manutenção de software	(2.373.740)	(2.196.573)
Ocupação (f)	(1.956.440)	(3.700.343)
Serviço de instalação e configuração	(1.532.554)	(1.635.140)
Consultoria jurídica	(1.190.563)	(133.097)
Consultoria de gestão de projetos	(1.175.639)	(1.404.711)
Consultoria e assessoria – ESR	(1.037.930)	(1.030.009)
Serviço de obra civil (g)	(978.792)	(2.702.040)
Serviços especializados - eventos	(946.993)	(619.102)
Treinamentos e cursos	(724.567)	(1.122.283)
Consultoria e assessoria em P&D de projetos	(481.252)	(326.891)
Assessoria contábil/custos	(447.305)	(996.131)
Assessoria em design	(390.488)	(255.166)
Serviço de auditoria	(373.568)	(307.710)
Assessoria de imprensa	(196.828)	(445.180)
Serviço de arquitetura / engenharia	(141.364)	(635.501)
Serviço de cooperativas - táxi	(117.329)	(224.795)
Consultoria de suporte e manutenção de rede	(23.825)	(10.000)
	<b><u>(181.712.159)</u></b>	<b><u>(195.953.454)</u></b>

As maiores variações ocorridas no grupo de despesas gerais e administrativas são justificadas por:

- (a) A conta de conectividade nacional teve uma redução expressiva de R\$ 10.805.856 em decorrência de redução dos valores mensais dos circuitos licitados e dos circuitos satélites.
- (b) O aumento na conta de consultoria de sistema de informação se deu pela assinatura de um contrato de serviços especializados de desenvolvimento técnico de plataforma de negócios objetivando qualificação, classificação e catalogação de conteúdos científicos do Portal de Periódicos para atendimento aos usuários e orientação de melhorias, como também para o Programa de Distribuição de Bolsas de Pesquisas. O contrato iniciou em março de 2019 e foi prorrogado até janeiro de 2020, o montante total executado no período foi de R\$ 3.205.450.

## Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em reais)

- (c) O aumento na conta de serviço de terceirização de mão de obra se deu pela assinatura de dois grandes contratos de serviços para alocação de consultores especializados em tecnologia da informação para atender as demandas de sustentação (manutenção e operação) e desenvolvimento de sistemas web, além da continuidade do contrato de prestação de serviços de Service Desk (SD) e do Escritório Corporativo de Projetos (ECP), para atendimento das organizações usuárias e áreas internas de interesse da RNP, no uso dos serviços que fazem parte de seu Catálogo de Serviços. O valor mensal desses serviços é de respectivamente R\$ 455.784 e R\$ 134.798, sendo o primeiro prestado a partir de outubro do ano corrente e o segundo durante todo o exercício de 2019 (em 2018 ocorreram seis meses de faturamento).
- (d) A variação expressiva na conta de conectividade internacional ocorreu pela redução mensal em aproximadamente 80% do contrato de prestação de serviços com o fornecedor Latin American Research and Education Networks - Lauren.
- (e) O aumento observado em convênio de cooperação técnica se dá pela execução do projeto GigaCandanga (ou Redecomep DF), que no exercício de 2018 se tornou uma Associação, com estatuto próprio, mas operacionalização compartilhada com a RNP, visto inúmeros contratos dos partícipes ainda estarem em vigor com a RNP e os recursos serem ainda administrados pela organização. Além disso, com a institucionalização do Comitê Gestor, despesas adicionais de instalação física da Unidade GigaCandanga tiveram que ser realizadas no período.
- (f) A redução expressiva ocorrida na conta de Ocupação se deu pela adoção do CPC 06 (R2) – Arrendamentos, que passou a reconhecer o ativo de direito de uso sobre os contratos de locação das salas comerciais. Dessa forma, a despesa incorrida com o aluguel anual passou a ser reconhecida no resultado do período em conta de depreciação e de juros, em substituição à conta de ocupação.
- (g) A variação na conta de serviço de obra civil ocorreu em razão do ano de 2018 ter havido obras emergenciais de correção e manutenção para a emenda das redes ópticas.

### 23. Despesas tributárias

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Cofins s/ prestação de serviços (a)	(2.237.728)	(1.015.948)
ISS s/ prestação de serviços (a)	(1.220.680)	(668.386)
IR s/ serviços no exterior	(613.494)	(662.695)
Impostos e taxas (b)	(1.140.408)	(524.802)
Outros	(343.622)	(308.737)
	<u><b>(5.555.932)</b></u>	<u><b>(3.180.568)</b></u>

- (a) No exercício de 2019 houve um aumento expressivo na receita com serviços prestados, consequentemente, houve o aumento da COFINS e do ISS sobre essa receita.
- (b) A variação expressiva na conta de impostos e taxas se refere a retenção de ISS sobre as notas fiscais de receitas dos contratos administrativos da CAPES.

## Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em reais)

### 24. Outras receitas (despesas) operacionais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Reversão (Provisão) para perdas - ativo imobilizado e intangível	4.518.449	(507.148)
Baixas de ativo imobilizado e intangível	(101.839)	(3.188.835)
Variação cambial	197.828	59.140
Outros	2.315	8.692
	<u><b>4.616.753</b></u>	<u><b>(3.628.151)</b></u>

A maior variação do saldo refere-se à reversão da provisão constituída para perdas no ativo imobilizado e intangível. Após a realização do inventário anual, foram identificados itens do ativo imobilizado e intangível que não estavam na classificação que enseja a necessidade de provisão, conforme detalhado nas notas explicativas números 10 e 11.

### 25. Resultado financeiro líquido

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras (a)	6.253.366	9.147.198
Descontos financeiros obtidos	-	1.092
Atualização monetária	42	15.297
	<u><b>6.253.408</b></u>	<u><b>9.163.587</b></u>
Despesas financeiras		
Taxa de saída	(21.081)	(8.086)
Despesas bancárias	(43.149)	(34.850)
IOF	(131.669)	(164.627)
IRRF s/ aplicação financeira (a)	(1.203.337)	(1.594.034)
Juros e multas passivas	(5.194)	(13.012)
Variação cambial (b)	(623.690)	(133.068)
Juros (c)	(188.630)	(28)
	<u><b>(2.216.750)</b></u>	<u><b>(1.947.705)</b></u>
Resultado Financeiro Líquido	<u><u><b>4.036.658</b></u></u>	<u><u><b>7.215.882</b></u></u>

- (a) O grande impacto na variação dos juros sobre as aplicações financeiras e IRRF foi que no exercício de 2019, noventa por cento (90%) do aporte financeiro do contrato de gestão, ocorreu no último trimestre do ano, impactando diretamente o caixa da entidade e reduzindo o rendimento e o IRRF.
- (b) A variação ocorrida na conta se deu por uma importação expressiva de equipamento ocorrida em junho de 2019, que impactou no aumento de R\$ 489.812.
- (c) O aumento ocorrido nessa conta se deu pela adoção do CPC 06 (R2) – Arrendamentos, que passou a reconhecer o ativo de direito de uso sobre os contratos de locação. Dessa forma, foi realizado o cálculo da obrigação a valor presente, passando a registrar assim a despesa com juros sobre esses contratos.



## Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em reais)

### 26. Transações com partes relacionadas

#### Remuneração e pessoal-chave

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a remuneração total da Alta Gerência da RNP foi de R\$ 2.376.869 (R\$ 2.049.725 em 2018). A RNP não concede benefícios pós-emprego ou outros de longo prazo para os seus diretores e colaboradores.

A RNP é co-fundadora e associada à CLARA - Cooperação Latino Americana de Redes Avançadas, uma Organização de Direito Internacional sem fins lucrativos que opera uma rede de Internet Avançada, a RedCLARA, que tem como objetivo interconectar internacionalmente a RNP às redes acadêmicas de diversos países da América Latina e Europa. Com isso, estende o serviço de conectividade às instituições usuárias destes outros países e do continente europeu.

CLARA possui um conselho diretivo escolhido através de votação, em assembleia de seus associados. Atualmente, o Diretor de Engenharia e Operações, Eduardo Cezar Grizendi, é o representante da RNP no Conselho Diretivo de CLARA. CLARA, através da RedCLARA, prestou serviços de conectividade internacional para a RNP nos anos de 2019 e 2018 nos montantes de R\$ 2.428.160 e 2.380.986, respectivamente.

### 27. Gestão dos riscos e instrumentos financeiros

#### Considerações gerais e políticas

A Entidade contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração.

#### a) Gestão de risco financeiro

A atividade da Entidade a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros) e risco de liquidez. A gestão de risco da Entidade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

##### a.1) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros das aplicações financeiras da Entidade, têm nos ganhos auferidos em função do seu portfólio ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. A Entidade administra os riscos de mercado através de aplicações financeiras em fundos de baixo risco de mercado e com baixa alavancagem financeira, sempre em instituições financeiras de 1º linha.

##### a.2) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, e capacidade de liquidar posições de mercado.

## Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em reais)

### b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela Entidade restringem-se às aplicações financeiras de curto prazo em condições normais de mercado. Esses instrumentos visam a liquidez, a rentabilidade e a minimização de riscos. Nos exercícios findos 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a Entidade não realizou operações com caráter especulativo, em derivativos ou em quaisquer outros ativos de riscos.

## 28. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2019 os ativos da RNP estavam segurados contra sinistros pelo Limite Máximo Indenizatório (LMI) de R\$ 14.492.096 para equipamentos diversos, tais como roteadores, servidores e notebooks, e de R\$ 879.486 para ativos de infraestrutura mobiliária, pelo valor total pago de prêmio de R\$ 380.000 (R\$ 376.684 em 2018), sendo o valor de R\$ 376.779 referente às apólices de equipamentos diversos e R\$ 3.221 às de móveis em geral.

Em virtude da localização diversificada dos bens da organização e da análise de risco efetuada pela seguradora contratada, o valor máximo indenizatório se refere à perda por sinistro da localidade com a maior valorização de equipamentos, que é o município de Recife, localizado em Pernambuco.

No entanto, caso o sinistro ocorra em qualquer outra localidade do país, todas as perdas estarão cobertas até o Limite Máximo Indenizatório.

Adicionalmente, ao longo do ano, o seguro é revisto e atualizado conforme a probabilidade de mudança do critério anteriormente mencionado, com o objetivo de resguardar o patrimônio.

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela Administração da Entidade.

## 29. Eventos subsequentes

Ocorreram entradas de recursos do Contrato de Gestão no montante total de R\$ 88.146.000 referentes aos 21º, 22º, 24º e 25º Termos Aditivos, conforme descritos na nota explicativa 16.